



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 156/XV/1.ª
Aprova o Orçamento do Estado para 2022

Proposta de Substituição

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 156.º

Reforço dos apoios à agricultura familiar

1. Com o objetivo de facilitar o acesso ao reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar aos muitos agricultores familiares existentes, é revogada a alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 64/2018, de 7 de agosto, na redação do Decreto-Lei n.º 81/2021, de 11 de outubro.
2. No decurso do ano de 2022, o Governo assegura, no âmbito do PDR2020, a abertura de um aviso exclusivo para os detentores do Estatuto da Agricultura Familiar para apoiar pequenos investimentos em explorações agrícolas, assegurando um financiamento até € 10 000 000,00.
3. O Governo garante a majoração da taxa de apoio aos projetos objeto de candidatura ao abrigo do aviso referido no número anterior, até 70 % do seu financiamento.

Assembleia da República, 3 de maio de 2022

Os Deputados,

João Dias; Paula Santos; Bruno Dias; Alma Rivera; Diana Ferreira; Jerónimo de Sousa

Nota justificativa:

A agricultura familiar assume uma importância estratégica para a produção nacional, para a qualidade e para a soberania alimentar, para a ocupação harmoniosa do território, para a defesa do meio ambiente, da floresta e do mundo rural, para a coesão económica e social em vastas regiões.

Apesar da sua reconhecida importância, o exercício da atividade agrícola para os pequenos e médios agricultores, distribuídos no território nacional por mais de 250 000 produtores agrícolas singulares (dados do RA2019), depara-se com um conjunto de problemas que requer a definição de respostas estruturais de defesa do mundo rural e da agricultura familiar, respostas essas que, ano após ano desde o reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar (EAF), continuam por concretizar, não passando, no fundamental, de uma “declaração política” sem substância e valia para o universo dos pequenos e médios agricultores familiares em Portugal.

A análise do quadro de implementação de medidas no âmbito do EAF, à data de março de 2022, apresentado pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), mostra a falta de avanços nesta área destacando-se a falta de apresentação de medidas de apoio concretas e específicas para a Agricultura Familiar, com indicação de muitas situações que continuam em fase de discussão.

Por outro lado, os números das candidaturas apresentadas para atribuição do Título de Agricultura Familiar, publicado pela DGADR, à data de dezembro de 2021, demonstra a falta de respostas associada à atribuição do Estatuto – do universo de mais de 250 000 produtores, apenas se conta com 2498 candidaturas, e destas, apenas se encontram atribuídos 1776 Títulos de Reconhecimento de Agricultura Familiar.

Num quadro em que o rendimento agrícola é já diminuto, pondo muitas vezes em causa a subsistência da agricultura familiar, a falta de apoios concretos ao escoamento dos produtos, a falta de apoios para aliviar o “peso” que os custos de contexto detêm

na produção dos bens alimentares e a afetação das culturas agrícolas devido a situações acidentais, vem dificultar fortemente a continuidade do exercício desta atividade por parte destes agricultores.

E no quadro de crise atual, com um aumento dos custos da produção na ordem dos 30 a 50%, face a 2020, fazendo com que nas atuais condições os preços pagos aos agricultores pelos seus produtos, estejam a ser inferiores aos custos da sua produção, impõe-se um claro reforço dos apoios ao investimento e à produção.

Para que o EAF se traduza no instrumento de desenvolvimento da Agricultura, do Mundo Rural e da soberania alimentar de que o país necessita, é obrigatório que se alargue o seu acesso aos muitos agricultores familiares existentes e que se reforce a disponibilização das verbas necessárias para dar resposta às necessidades destes agricultores.

Assim, com este enquadramento, tendo presente a urgência na resposta adequada ao desafio do mundo rural e da agricultura familiar, o PCP propõe uma medida para alargamento do acesso ao EAF e o reforço das verbas disponíveis para apoio ao investimento nas explorações agrícolas.